

Febraban contesta o anteprojeto

O anteprojeto da Subcomissão do Sistema Bancário apresenta falhas e incoerências. Esta é a posição da Federação Brasileira das Associações de Bancos — Febraban —, que ontem distribuiu nota à imprensa com críticas às disposições adotadas no anteprojeto, cujo prazo oficial para recebimento de emendas terminou ontem. O documento da Febraban traz uma análise do trabalho constituente feita pelo diretor José Augusto de Queiroz.

- 2 JUN 1987

A primeira observação da entidade refere-se ao parágrafo 2º do artigo 2 do anteprojeto, que diz: "Os bancos de depósitos, de investimento, as companhias e corretoras de seguro e demais instituições financeiras não poderão ter participação acionária de pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras". A Federação Brasileira das Associações de Bancos considera que o livre arbítrio do empresário financeiro é duramente atingido pelo dispositivo. "A livre iniciativa deixa de ser livre na área financeira", diz a nota, argumentando que o sócio estrangeiro traz novo capital financeiro e know-how de organização, além de abrir novos mercados e clientes.

Se o País proíbe a participação estrangeira no mercado financeiro, como ficará a situação dos bancos brasileiros no Exterior? "Serão eles submetidos pelos países que os hospedam à exigência da reciprocidade? Ficarão também sujeitos a igual proibição?" Com indagações assim é que a Febraban justifica a tese de que "as relações econômicas internacionais constituem uma rua de duas mãos. Não podemos renegar nossos sócios es-

trangeiros se queremos que nossas empresas operem em outros países. Não podemos querer exportar se, praticamente, proibimos importações".

No parágrafo 3º do artigo 2 do anteprojeto consta que "a abertura e o funcionamento de agências de bancos ou instituições financeiras no município ficam condicionadas à aprovação prévia da autoridade local". A disposição, segundo a Febraban, é completamente absurda, já que dá ao poder municipal diretos numa área onde o poder regulador é tipicamente federal. "Por outro lado, acrescenta a nota, há, hoje, uma compensação nacional de cheques e documentos, que precisa trabalhar com horários sincronizados."

"A escolha de lugar é uma opção de marketing. É uma decisão técnica", ressalta a nota, indagando quem iria assumir a responsabilidade de determinar o local para o funcionamento de uma agência bancária: "O empresário sabe o que faz e é, em geral, mais eficiente do que o governo. Não há como aceitar tal interferência municipal no assunto".

Em seu artigo 10, o anteprojeto diz: "As disponibilidades de caixa da União, de todas as entidades sob seu controle ou a ela vinculadas... serão depositadas em instituições financeiras da União". Este é, segundo a Febraban, um dispositivo que claramente agride a iniciativa privada. "É injusto, pois, em contrapartida, deveríamos também proibir que as empresas privadas depositassem e fizessem empréstimos nas instituições oficiais, o que seria um absurdo." Em seguida, a entidade pergunta se os

órgãos públicos deverão comprar apenas de outros órgãos públicos e restringir suas vendas ao círculo interno da área oficial, e lembra que até os países comunistas estão abrindo sua economia e introduzindo a concorrência. "Por que um banco estrangeiro ou privado emprestaria a órgãos públicos ou a eles ligados, se ele não pode fechar o câmbio?", pergunta a entidade. Considerando novamente infundada a tese defendida pelo anteprojeto da Subcomissão do Sistema Bancário, a Febraban faz nova indagação: "Deveriam, então, estes órgãos tomar empréstimos apenas de instituições oficiais? Como terão os depósitos como mercado cativo, terão também os empréstimos dos órgãos públicos?"

A extinção do Conselho Monetário Nacional é sugerida no artigo 16 do anteprojeto constitucional, com o que a Febraban também não concorda. Admite que "o CMN é um órgão que possui, hoje, poderes legislativos" e a situação deve ser mudada. "Reduzido o Banco Central a um papel clássico, ao CMN competiriam funções vinculadas a um elenco mais limitado, mas nem por isso menos relevante, de obrigações." A entidade revela não acreditar que uma comissão permanente do sistema financeiro, no Congresso, possa substituir o Conselho Monetário Nacional. "Esta substituição equivaleria à inversão de posições, pois o Congresso se investiria de competência executiva." A nota da Febraban conclui pedindo nova divisão de competências para garantir o equilíbrio entre os poderes, "sem que um setor invada as funções do outro".

Gasparian reapresenta parecer que teve vetos

O deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), relator da Subcomissão do Sistema Financeiro da Assembleia Constituinte, reapresentou ontem à Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças todo o seu relatório original dos trabalhos da subcomissão, incluindo os artigos aprovados e os pontos que foram rejeitados pelo plenário, como a limitação dos juros reais a 12% ao ano.

A iniciativa de Gasparian é mais um lance das divergências entre o deputado paulista e o relator da Comissão do Sistema Tributário, seu colega de partido e de Estado José Serra. Gasparian ficou insatisfeito com o cronograma acertado na semana passada para os trabalhos da comissão, que previa a apresentação de emendas apenas até ontem à noite, e não permitia que os integrantes da comissão apresentassem emendas depois da entrega do parecer do relator, prevista inicialmente para o dia 8, segunda-feira próxima.

O deputado Gasparian achava que esse cronograma permitiria ao relator da comissão, se quisesse, desconsiderar completamente o trabalho realizado nas subcomissões. Por isso, resolveu antecipar-se e reapresentar seu relatório original, na forma de 19 emendas separadas, para poder lutar, durante a votação do relatório de Serra, pela reinclusão daqueles artigos que fossem suprimidos pelo relator da comissão.

Mas o presidente da comissão, deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ), anunciou ontem à tarde mudanças que tornaram desnecessárias as precauções de Gasparian. Dornelles decidiu que os integrantes da comissão terão um novo período para apresentar emendas, depois da apresentação do relatório de Serra, que foi

antecipado para o sábado que vem. O novo prazo vai até a terça-feira, dia 9, e as emendas que forem apresentadas nesse período serão votadas juntamente com o relatório, a partir do dia 11, segundo Dornelles.

O primeiro período para a entrega de emendas encerrou-se à meia-noite de ontem. Até as 20 horas, mais de 400 emendas já tinham sido entregues na Secretaria da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças. E elas continuavam a chegar, fazendo com que os funcionários previssem um total de mais de 500 emendas, que serão consideradas pelo deputado José Serra para a elaboração do seu relatório.

Todas essas emendas modificam artigos dos três anteprojeto aprovados pelas subcomissões que formaram a comissão temática: a do Sistema Financeiro, a de Tributos, Participação e Distribuição de Receitas, e a de Orçamento e Fiscalização Financeira. A exceção fica por conta das emendas de Gasparian, que repetem os artigos aprovados pela subcomissão e incluídos no anteprojeto final, dentro da estratégia de se prevenir contra a supressão de algum dispositivo pelo relator. Agora, Gasparian afirma que vai esperar Serra apresentar seu relatório, e retirar as emendas condizentes com os artigos que o relator preservar. As demais ficam, para votação pelo plenário da comissão.

Dornelles anunciou também que Serra vai fazer uma apreciação preliminar dos anteprojeto das subcomissões, amanhã à tarde, atendendo a pedido do constituinte Darcy Delto (PMDB-PR). Hoje à tarde será a vez do secretário do Tesouro Nacional, Andréa Calabi, falar à comissão sobre os anteprojeto.



O relatório derrotado volta como emenda

BRASILIA
AGÊNCIA ESTADO

O deputado Osvaldo Lima Filho (PMDB-PE), relator da Subcomissão de Política Agrícola e Reforma Agrária, reapresentou à Comissão de Ordem Econômica, sob forma de emendas, praticamente todo o seu anteprojeto que já havia sido derrotado na subcomissão. A mesma coisa promete fazer o presidente da Subcomissão da Questão Urbana e Transporte, senador Dirceu Carneiro (PMDB-SC), em relação ao seu substitutivo, também derrotado. A iniciativa está sendo adotada ainda pelos vencidos na Subcomissão de Princípios Gerais.

Até o meio-dia de ontem, a Comissão de Ordem Econômica já havia recebido 139 emendas, a maioria delas tratando dos temas mais polêmicos entre os discutidos nas subcomissões: reforma agrária, nacionalidade de empresas instaladas no País, intervenção do Estado na economia, monopólio do petróleo e minerais nucleares e mineração. Para evitar uma nova guerra na votação, como aconteceu nas subcomissões, lideranças de diversas linhas instaladas na Comissão de Ordem Econômica tentam estabelecer normas de negociação, em que haja tolerância das partes. Segundo o senador Edison Lobão (PFL-MA), que presidiu a Subcomissão da Reforma Agrária, "assim não seremos obrigados a renunciar ao melhor possível para ficar com o menos ruim". O senador considera que a intransigência impediu que o País evoluísse no encaminhamento da questão agrária e outros temas econômicos. Além disso, ele apontou as comissões como focos de interesses muito bem definidos, pois seus membros lutaram para integrar justamente as subcomissões que poderiam lhe trazer rendimentos pessoais.

Ordem Social já está com mil revisões

Cerca de mil emendas — número considerado recorde nas oito comissões temáticas — já haviam chegado até o começo da noite de ontem à Comissão da Ordem Social, a maioria propondo modificação ou supressão de sugestões ligadas aos direitos dos trabalhadores e dos servidores civis e à Saúde. No caso dos trabalhadores, muitas das emendas questionam a estabilidade no emprego a partir da contratação; e, dos servidores, a proposta de se limitar a 50% da remuneração as vantagens recebidas ao longo da vida funcional — a sugestão, contida no anteprojeto, procura atingir basicamente os altos salários dos "marajás", na área de saúde, a questão da estatização dos serviços de saúde pública mereceu maior número de emendas.

A comissão esteve reunida ontem à noite para discutir o anteprojeto da subcomissão dos Negros, Índios, Deficientes e Minorias. O relator, senador Almir Gabriel, afirmou estar trabalhando desde sexta-feira em cima das emendas que a comissão recebeu e julgou extremamente exíguo o prazo para a apresentação do relatório final, reclamando que foi dado um prazo bem maior para a apresentação de emendas.



Alencar Monteiro

Dornelles fará mudanças que tornam parecer inútil

Leônidas desmente "lobby"

RIO
AGÊNCIA ESTADO

As propostas constitucionais apresentadas pelo Exército "estão inspiradas prioritariamente nos interesses do País, da sociedade brasileira, das instituições nacionais". Foi o que assegurou ontem no Rio o ministro Leônidas Pires Gonçalves, ao afirmar que tais propostas "abordam, de maneira imparcial, assuntos de relevância, alicerçados na experiência dos militares no trato profissional da matéria. São, enfatize-se, realidades que devem ser consideradas, adequadamente, no cadinho de opiniões onde se confunde a vontade nacional".

Mesmo reconhecendo que, em alguns casos, as propostas constitucionais da instituição dizem respeito apenas às atividades do Exército, o ministro observou, no entanto, que as sugestões "estão centradas no interesse do País", destacando o objetivo técnico da instituição em mostrar a realidade no quadro militar. Esse fato, no seu entender, serve de contribuição para que os constituin-

tes tomem conhecimento dos assuntos relativos ao Exército. "Como afirmamos no próprio documento, as nossas propostas orientam-se, fundamentalmente, para os interesses nacionais e não constituem estreitas opiniões, em benefício da instituição", destacou.

"NÃO FAZEMOS LOBBY"

O ministro Leônidas Pires Gonçalves lembrou ainda o interesse do Exército no melhor relacionamento possível com o Legislativo e, em particular, com os constituintes, assinando que "a intenção não é fazer lobby, pois a instituição não admite sequer pressão sobre os constituintes".

Dessa forma, segundo ele, não há intenção de impor essa ou aquela proposta, mas sim de deixar clara uma realidade, no quadro dos interesses nacionais relativos ao Exército. Para assessores militares, não teria sentido a prática do lobby pelas Forças Armadas, pois estas se identificam com a própria sociedade brasileira.